

## COMISSÃO DE CULTURA

### PROJETO DE LEI Nº 6.753, DE 2016

Inscribe o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no Livro dos Heróis da Pátria

**Autora:** Deputada LUIZIANNE LINS

**Relator:** Deputado CHICO D'ANGELO

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.753, de 2016, de autoria da nobre Deputada Luizianne Lins, visa inscrever o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no Livro dos Heróis da Pátria, guardado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

O projeto, sujeito à apreciação conclusiva das Comissões, foi distribuído à Comissão de Cultura, para análise do mérito cultural, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para verificação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O Livro dos Heróis da Pátria – depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em que se inscrevem os nomes dos brasileiros que se destacaram por oferecer a vida à Pátria, para a sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo – é importante instrumento de preservação da história deste País.

A proposta que ora examinamos tem o nobre intuito de inscrever no referido Livro o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel – mais conhecido como Antônio Conselheiro – o fundador do Arraial de Canudos, na Bahia, e líder da resistência popular no sangrento confronto que se estabeleceu, no final do século XIX, entre o exército da recém-proclamada República, de um lado; e sertanejos, camponeses, índios e escravos libertos, do outro.

Como nos informa a nobre autora do projeto em sua justificção, Antônio Maciel nasceu em Nova Vila de Campo Maior – hoje Quixeramobim – no Estado do Ceará, em 13 de março de 1830, e faleceu em meio a Guerra de Canudos, em 22 de setembro de 1897. Antônio Conselheiro, como ficou conhecido, chegou a Canudos por volta de 1893, a fim de se proteger da perseguição sofrida em razão de suas ideias messiânicas.

O messianismo, originalmente, foi uma doutrina religiosa de origem persa, incorporada pelos judeus e, mais tarde, pelo cristianismo. Segundo a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, o Messias era um líder carismático, portador de uma mensagem divina, em oposição aquela estabelecida oficialmente, enviado para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo. Na política, a doutrina messiânica ganhou espaço e gerou movimentos sociais liderados por líderes carismáticos (os messias) que buscaram a destruição de estruturas consideradas injustas, com vistas à construção de uma nova sociedade. Esses movimentos consistiam em agrupamentos – como cidades santas – formados por homens, mulheres e crianças, que, acreditando-se os eleitos, viviam segundo preceitos éticos e normas internas próprias, com origem em suas crenças divinas.

No Brasil, esses movimentos estiveram presentes desde o período colonial e sobrevivem nos dias de hoje. Entre eles, o mais significativo – tanto pela magnitude da tragédia que abrigou quanto pelo espaço que ocupa no imaginário dos brasileiros – é o do Arraial de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, a quem o presente projeto pretende homenagear.

Quando menino, no Ceará, Antônio Vicente, o futuro Antônio Conselheiro, desejava ser sacerdote. Aos 25 anos de idade, no entanto, em razão da morte do pai, teve de abandonar os estudos e assumir o comércio da família. Em 1857, casou-se com Brasilina Laurentina de Lima, mudando-se, no ano seguinte, para Sobral, onde trabalhou como professor primário. Mais tarde, ainda na mesma cidade, Antônio atuou como advogado prático, defendendo os pobres desvalidos em troca de pequena remuneração. Essa atividade levou o casal a mudar-se constantemente, em busca de clientela. Em 1865, depois de flagrar sua mulher com um sargento de polícia, em sua própria residência, na cidade de Ipu, ainda no Ceará, Antônio se retirou para o Cariri e deu início à sua peregrinação pelos sertões nordestinos.

Nos anos de 1877 a 1879, o Nordeste do Brasil passou por uma das mais calamitosas secas de sua história. Calcula-se que quinhentas mil pessoas tenham morrido em decorrência dos quase três anos sem chuva, com perda de plantações, mortes de rebanhos e miséria extrema. A situação foi tão desesperadora, que famílias inteiras se viram obrigadas a migrar para outros Estados, o que promoveu uma onda de migrações. Nesse período, entre as levas de flagelados que perambulavam famintos pelas estradas em busca de socorro governamental ou de ajuda divina, cresceu a notoriedade da figura de Antônio Conselheiro – ou “Bom Jesus”, como também passou a ser chamado – visto como uma figura santa, um profeta enviado para socorrê-los.

Em 1893, depois de peregrinar durante quase três décadas pelos sertões, Conselheiro decide se fixar à margem Norte do Rio Vaza-Barris, num pequeno arraial chamado Canudos, rebatizado por ele como Belo Monte. Nasceu ali, poucos anos depois de proclamada a República, uma experiência extraordinária no País: uma comunidade em que os desabrigados do sertão, as vítimas da seca, agricultores pobres, índios e escravos recém-libertos eram

recebidos sem discriminação e tinham acesso à terra e ao trabalho. Um "lugar santo", segundo os seus adeptos.

Cabe assinalar que, naquela ocasião em que as duras medidas impostas pela Primeira República vinham sendo rejeitadas por boa parte da população excluída econômica e politicamente (apenas 8% da população tinha direito ao voto), Conselheiro ofereceu esperança aos desvalidos. Longe de ser "bárbara e arrepiadora" como definiu Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902), a oratória de Antônio Conselheiro refletia as aspirações das desassistidas populações do interior do Nordeste. Sua atuação como líder comunitário foi tão bem-sucedida que o arraial de Belo Monte chegou a ter cerca de 25 mil habitantes e foi considerada, na época, a segunda cidade da Bahia.

O êxito do arraial baiano não passou despercebido aos grandes fazendeiros, ao clero ou ao governo. Ao recusar o pagamento de impostos e lutar contra o novo regime político, defendendo suas antigas crenças, Conselheiro despertou a ira dos poderosos, que se empenharam em destruir a comunidade.

Como destaca a nobre autora da proposta que ora analisamos, *"combatida pelas autoridades, tanto através da difusão de ideias voltadas a estigmatizar o arraial e seu líder, quanto através de ataques militares, a população de Canudos foi seguidas vezes atacada, mas resistiu sempre com impressionante bravura, apesar dos poucos meios de defesa. Por fim, mesmo vencendo batalhas importantes e resistindo por um tempo impressionantemente longo, acabou por ser derrotada pelo exército brasileiro em 1897, depois que três expedições militares malsucedidas. O escritor, dramaturgo e professor Ariano Suassuna certa vez afirmou que 'Canudos foi o episódio mais representativo da História Brasileira' e que 'quem não entende Canudos, não entende o Brasil'. De fato, a questão agrária, as relações de trabalho e a forma como o poder político-militar lidou com as experiências autônomas, ao longo da nossa História, estão ali representadas, em forma de esperança, luta e massacre"*.

Pode-se dizer que, tendo à frente Antônio Conselheiro, o arraial de Belo Monte – com a implantação do trabalho comunitário e de sistema

econômico autossustentável e solidário, em que ninguém passava fome – foi extremamente exitoso. Muito mais do que uma manifestação religiosa, a experiência de Canudos foi instrumento de emancipação política dos excluídos e a confirmação de que é possível um modelo solidário de organização social.

O arraial de Belo Monte foi incendiado no final da guerra e o local em que se situava a comunidade de Antônio Conselheiro, com suas ruínas, está alagado pelas águas do açude de Cocorobó. A experiência de Canudos, no entanto, permanece viva nos livros, nas fotografias, nos filmes, na memória dos descendentes dos conselheristas sobreviventes e na de todos os brasileiros.

Homenagear Antônio Conselheiro com a inscrição de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria significa contribuir para que a história dessa comunidade e de seus mortos não desapareça. Significa, também, por meio desse instrumento oficial, reconhecer o heroísmo da excepcional atuação desse líder popular, que, mesmo sendo um brasileiro excluído, construiu, à margem da sociedade, uma obra notável. Significa, por fim, louvar o sertanejo nordestino – suas lutas, sua força e sua resiliência.

Neste ano de 2017, a morte de Antônio Conselheiro e o fim da Guerra de Canudos completam 120 anos. Parece-nos, portanto, muito meritória e oportuna a homenagem que ora se propõe.

Por todas as razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.753, de 2016.

Sala da Comissão, em            de            de 2017.

Deputado CHICO D'ANGELO

Relator